

Algarve: uma região com futuro e mais inovação

Intervenção do Presidente da CCDR Algarve, Dr. José Apolinário

Universidade do Algarve, 14 de setembro de 2026

Magnífica Reitora da Universidade do Algarve,

Prof. Maria do Rosário Partidário, coordenadora do estudo ai2,

Representantes da Planapp

Senhoras e Senhores, Minhas Senhoras e meus Senhores,

Falar do futuro do Algarve é colocar o foco numa região que tem ativos extraordinários, desde logo o capital natural, alavanca da nossa especialização económica em turismo, que conhece bem os desafios das alterações climáticas, da digitalização e descarbonização.

O Algarve precisa de políticas públicas mais adaptadas à nossa singularidade, maior produtividade, mais ciência e inovação, mais diversificação económica e uma governança em rede que transforme oportunidades em resultados.

É esse o sentido dos nossos contributos para este seminário.

1. Governança multinível e fundos europeus

A primeira questão é a da **governança multinível**.

O futuro da política de coesão europeia não pode ser construído apenas com programas nacionais. Deve envolver, de forma efetiva, as regiões, os municípios, as universidades, as empresas e as organizações da sociedade civil.

No próximo Quadro Financeiro Plurianual, para o período 2028–2034, acompanhamos a posição do Parlamento Europeu no sentido de assegurar capítulos regionais e uma participação plena das autoridades e entidades regionais e locais na definição, execução e monitorização dos fundos.

Sendo uma questão política, é também uma questão de eficiência.

Uma região de transição, como o Algarve, precisa de uma resposta diferenciada, de prioridades de investimento definidas com participação regional e de instrumentos financeiros adaptados às características específicas da nossa atividade.

Defendemos, por isso:

- uma alocação regional no próximo quadro financeiro, um capítulo regional que responda aos desafios da região;
- participação efetiva na definição das prioridades;
- simplificação dos procedimentos;
- articulação entre fundos europeus, orçamento nacional e investimento municipal;
- e uma verdadeira aplicação do princípio da parceria.

2. Produtividade: o grande desafio

Com maior ou menor divergência, com mais ou menos debate político, existe hoje um crescente consenso: sem aumentar a produtividade não haverá crescimento sustentado, melhores salários, serviços públicos mais fortes, maior competitividade e resiliência da região.

Os dados mais recentes são claros. No segundo trimestre de 2026, face ao mesmo período de 2025, a produtividade do trabalho aumentou 0,9% na União Europeia, quando medida por pessoa empregada, e 0,8% por hora trabalhada. A Eslovénia cresceu 4,5% por pessoa, a Dinamarca 3,6% e a Lituânia 3,5%. Em Portugal, a produtividade por hora caiu 0,5%.

No Algarve, este desafio é particularmente exigente. Temos de melhorar a produtividade no turismo, mas também aumentar o peso relativo das restantes atividades económicas.

O turismo continuará a ser fundamental. Uma economia regional forte não pode depender tão excessivamente de uma atividade concentrada, sazonal e muito vulnerável a fatores externos.

Precisamos de mais atividades económicas de valor acrescentado, qualificadas, mais economia do mar, mais serviços tecnológicos, mais saúde, mais energia, mais agroalimentar com valor acrescentado e mais atividades criativas e culturais.

Seguindo o contributo estratégico do Círculo Económico de Barcelona transformar conhecimento, conectividade, inovação e qualidade urbana em crescimento económico. O relatório Draghi, por seu lado, coloca no centro do debate europeu a produtividade, a competitividade e a autonomia estratégica, sinalizando a biotecnologia azul, a saúde e indústria farmacêutica, a inteligência artificial, como ancoras dessa autonomia dessa autonomia estratégica.

3. Investimento em investigação e desenvolvimento: conseguir mobilizar mais de 80 milhões de euros ano em investimento em I&D

Nos últimos dez anos o Algarve registou um investimento anual em I&D na ordem dos 45 a 50 milhões de euros ano. Nos últimos três anos passou para 62 a 64 milhões de euros ano. É um esforço importante, mas não o suficiente para a ambição da região.

Precisamos de ultrapassar os 80 milhões de euros de investimento em I&D por ano, sobretudo através de um aumento do investimento empresarial.

O objetivo, a nossa ambição, é colocar o investimento em I&D acima dos 0,5% do PIB gerado na região, superando os valores atuais, que se situam entre os 0,44% a 0,49%.

Investir em I&D não significa apenas financiar laboratórios ou investigação pura. Significa:

- apoiar empresas que desenvolvem novos produtos;
- criar soluções digitais para o turismo;
- melhorar a eficiência energética e hídrica;
- valorizar os recursos do mar;
- desenvolver tecnologias para a saúde;
- modernizar a agricultura e a agroindústria;
- e transformar conhecimento em emprego qualificado.

Para isso, precisamos de aproximar universidades, politécnicos, centros de investigação, empresas e municípios.

Temos uma rede de incubadoras. Precisamos especializar e reforçar as incubadoras existentes, e consolidar e valorizar o trabalho muitas vezes quase único que faz a incubadora na Universidade do Algarve.

Neste quadro permitam-me destacar o crescimento sustentado dos projetos financiados pelo sistema de incentivos IDT, com a ANI. Atualmente, no Algarve 2030 foram aprovadas candidaturas que representam 24 milhões de euros FEDER, no Algarve 2020 foram aprovados 12 milhões de euros, no quadro anterior 6 milhões de euros. Síntese: há uma participação crescente em projetos europeus e maior capacidade institucional e académica.

4. O mapa dos auxílios de Estado. Aumentar a área de categoria c) do Algarve.

O mapa dos auxílios de Estado de incidência regional é um tema chave para este desiderato de coesão territorial e competitividade.

Como região de transição, o Algarve integra a categoria c) do mapa de auxílios regionais para o período 2021–2027. E deverá continuar nessa categoria no período 2028–2034.

Atualmente, a área de categoria c) no Algarve representa aproximadamente 1% da população residente do País. O nosso objetivo deve ser, tem de ser, aumentar essa área elegível, passando para 1,5% da população do País.

Esta não é uma reivindicação simbólica. É um contributo decisivo para a capacidade de atração de investimento e para a diversificação económica.

A revisão do mapa permitirá que os fundos europeus de apoio às empresas contribuam efetivamente para:

- aumentar a taxa das subvenções a fundo perdido;
- apoiar novas empresas;
- modernizar empresas existentes;
- aumentar o investimento privado em I&D;
- criar emprego qualificado;
- e fixar talento na região.

5. Especialização Regional Inteligente

Outra prioridade é a EREI — a Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

O conceito de especialização inteligente surgiu no início dos anos 2000 e foi progressivamente associado à execução dos fundos europeus. No período de programação 2014–2020, essa ligação foi consolidada e, no atual período 2021–2027, foi reforçada.

A especialização inteligente não significa escolher apenas um setor. Significa concentrar recursos onde uma região possui capacidades, conhecimento, empresas e potencial de diferenciação.

No Algarve, é imperioso manter a primazia regional na definição do potencial de especialização e no financiamento da investigação e da inovação.

A região deve continuar a poder definir as suas prioridades, mobilizando parceiros e garantindo que os projetos respondem às suas necessidades concretas.

Entre os domínios estratégicos estão:

- o turismo;
- a economia do mar;
- a saúde;
- tecnologias e digitalização
- recursos endógenos e agroindústria

- as indústrias culturais e criativas;
- e, de forma transversal, a digitalização e a eficiência no uso dos recursos.

A água, a energia, o território e a sustentabilidade devem estar presentes em todos estes domínios.

Mas primazia regional não significa isolamento. Precisamos de reforçar a cooperação com as regiões portuguesas e a cooperação transfronteiriça com a Andaluzia.

A cooperação regional deve servir para aumentar a escala dos projetos, partilhar conhecimento e abrir novos mercados.

- as empresas;
- os centros de investigação;
- e as entidades regionais e nacionais.

6. Diversificação económica e o papel do IDT

Da investigação à empresa

Senhoras e Senhores,

Quando defendemos mais investimento em investigação e desenvolvimento, estamos a defender uma cadeia de inovação completa:

investigação, desenvolvimento, demonstração, transferência, comercialização e escala.

O conhecimento produzido na Universidade e nos centros de investigação tem de gerar novos produtos, novos serviços, novas empresas, maior produtividade e emprego qualificado.

Esta ligação entre investigação e economia é uma prioridade estratégica para o Algarve.

A importância dos TRL avançados

É neste contexto que ganha particular relevância a utilização dos **Technology Readiness Levels**, os níveis de maturidade tecnológica.

Financiar a demonstração

O Algarve precisa de mais financiamento para projetos nos TRL 6, 7, 8 e 9.

Precisamos de apoiar:

- protótipos testados em condições reais;

- projetos-piloto em hotéis e destinos turísticos;
- soluções de eficiência hídrica aplicadas empresas;
- tecnologias de energias renováveis demonstradas em contexto operacional;
- inovação na agricultura e na economia do mar;
- soluções digitais para a saúde e para os serviços públicos;
- e tecnologias de mobilidade testadas no território

A inovação não termina quando se obtém um resultado científico:

começa verdadeiramente quando esse resultado é transferido, utilizado e valorizado.

Temos de aumentar o número de tecnologias demonstradas, de empresas inovadoras, de produtos lançados e de soluções aplicadas.

Investir nos TRL mais avançados é investir na passagem da ideia à maturidade tecnológica e empresarial.

Conclusão

Defendemos uma governação multinível alinhada com a especificidade da região. A valorização da EREI.

Um programa regional ou um capítulo regional no próximo quadro financeiro europeu.

Criação das condições para aumento do investimento em I&D, ampliar o mapa regional dos auxílios de estado, reforço do financiamento a projetos TRL com maior maturidade.

Essa transformação só será possível se a região participar nas decisões, investir no conhecimento e assumir plenamente a responsabilidade pelo seu futuro.

Muito obrigado.